

# UM PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Teresa Malatian

Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP / Franca

**RESUMO:** O percurso metodológico da constituição da História como conhecimento científico desde o século XIX é abordado neste texto, com destaque para a Historiografia francesa em suas diversas interpretações. A História cultural completa a trajetória deste balanço voltado para a formação do professor que irá trabalhar a disciplina no Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Historiografia, Metodologia da História, História cultural.

A presença da disciplina História no currículo do Ensino Fundamental leva a diversos questionamentos acerca do trabalho do professor, tendo como ponto de partida o próprio conceito que nomeia os conteúdos chamados históricos. Logo de início uma distinção se impõe, levando à primeira designação de *história* como experiência dos homens no tempo, vivendo em sociedade, relacionando-se entre si e com a natureza, criando modos de viver. A segunda conceituação refere-se a um campo de conhecimento, a *História* que resulta do trabalho de pesquisa e interpretação desenvolvido pelo historiador.

Diversas maneiras de conceber a História e o seu ensino sucederam-se e conviveram desde a Antiguidade, quando Heródoto, célebre viajante grego do século V a.C., lançou as bases desse conhecimento ao procurar separar mitos de fatos “reais” nas narrativas sobre o passado, embora admitisse que a atuação dos homens estivesse sujeita à interferência dos deuses e do destino.

No século XIX, acompanhando o desenvolvimento da busca da cientificidade em diversos ramos do conhecimento, a História conheceu uma grande transformação resultante da intenção de seus escritores de elevá-la ao estatuto de ciência, a exemplo do que ocorria com o conhecimento da natureza, apoiado em métodos críticos voltados para a obtenção do conhecimento objetivo, livre do pensamento mítico, religioso ou filosófico. O positivismo,

postulado por Augusto Comte, estabeleceu um paradigma da busca da verdade calcado na convicção da existência de leis naturais e afirmou a possibilidade de sua aplicação ao estudo da sociedade. Assim como à nascente Sociologia, cabia à História procurar resgatar a verdade objetiva, imparcial e neutra sobre o passado, utilizando para isso as provas documentais deixadas pelos nossos antecessores.

A base documental da pesquisa histórica firmou-se desde então com a abordagem metodológica que considerava os documentos escritos – sobretudo os oficiais – registros confiáveis da experiência humana. Uma vez aprovadas em matéria de confiabilidade, as chamadas fontes históricas eram estudadas pelo historiador no sentido do resgate de informações sobre o passado “como realmente aconteceu”. A célebre frase atribuída a Leopold von Ranke, expoente da historiografia científica do século XIX e modelo para gerações de historiadores, expressa a confiança que depositavam na prova documental e no seu valor para a cientificidade do conhecimento histórico. A contrapartida consistiria na atitude objetiva do historiador, livre de paixões políticas, religiosas ou de outra natureza que pudessem interferir em sua busca da verdade, distorcendo os fatos recuperados nos documentos. O fato histórico latente nos documentos seria, então, revelado pelo historiador que atuaria como mero transmissor da verdade.

Completava essa concepção da História a convergência dos esforços do historiador para construir sua narrativa pela reunião de eventos únicos, que jamais se repetem, alinhados cronologicamente e protagonizados por indivíduos de destaque: heróis e “grandes homens”. A frase que definiria este tipo de História poderia ser: o indivíduo em ação no tempo que passa rapidamente. Da narrativa histórica, essencialmente voltada para a vida política, excluía-se as pessoas comuns, os fatos da vida cotidiana e os acontecimentos que não tivessem alcançado repercussão significativa.

Na França, constituiu-se um paradigma de ampla aceitação e grande longevidade, a chamada Escola Metódica que codificou esses postulados de cientificidade e os apresentou como regras de método de trabalho para o historiador. Seu principal defensor foi Gabriel Monod (1844-1912), que escreveu em seu Manifesto a frase célebre: “*Nosso século é o século da história*”. Nela, exprimia as preocupações e o direcionamento da historiografia do século XIX, que resultaram na proposta de um procedimento metodológico claramente voltado para a inclusão da disciplina no campo científico marcado pelo positivismo. Seu paradigma situava-se do outro lado do Reno, na historiografia alemã acima mencionada e que representava para ele o maior avanço até então alcançado por este ramo do conhecimento.

A inserção da História no campo da ciência vinha sendo almejada por historiadores imbuídos do cientificismo. Esse processo estava amparado pela participação do Estado na

construção de instituições, como bibliotecas, arquivos, museus, favoráveis ao desenvolvimento do ofício do historiador que ora se profissionalizava e recebia patrocínio para publicação de grandes coleções. Ampliava-se também, no contexto nacionalista e de expansão colonial dominado pela burguesia, um público consumidor de História. Isto foi particularmente válido para a Alemanha, onde já se instituíra uma formação específica e especializada do profissional da História e os métodos de investigação estavam adiantados na heurística e publicação de coleções de fontes documentais.

Para bem alcançar a objetividade histórica Monod, em seu manifesto intitulado *Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI*, propunha uma historiografia que deveria colocar-se acima dos partidos políticos, publicando estudos históricos sem preconceitos, conciliadores e estritamente norteados pelo desejo de conhecimento científico.

Assim, o manifesto anunciava uma nova postura, a pretensão de fundar uma revista que veiculasse uma história objetiva, científica e formar uma escola no sentido de firmar um paradigma para os historiadores e para os que aspiravam a este estatuto. A adesão ao método era fundamental para essa individuação no campo historiográfico da época. Um método baseado na concepção da História como ciência positiva, conhecimento fundamentado em documentos a serem criticamente analisados para que, do crivo da crítica, surgisse a verdade sob a forma de fato histórico. A história metódica permaneceu ocupada com o relato do único, singular, particular, baseado na crítica das fontes e na erudição amparada pelo método crítico das fontes.

Décadas depois, os princípios dessa metodologia seriam sistematizados por dois jovens historiadores, Charles Victor Langlois e Charles Seignobos que publicaram em 1898, a *Introdução aos estudos históricos*. Nesse tratado de método, a proposta de Monod foi codificada e tornada operatória em um manual que formou gerações de estudantes e profissionais de história.

Em Karl Marx também se encontra a grande valorização do conhecimento histórico no século XIX. De seu modo de pensar historicamente, motivado pela necessidade de compreender o mundo para transformá-lo, surgiu sua concepção da História como estudo fundamentado filosoficamente na concepção dialética e materialista do processo histórico, a ser compreendido a partir das relações sociais de produção da vida em sociedade. Além da concepção teórica da História, veio deste pensador a base para o desenvolvimento de uma metodologia que privilegia as classes sociais na análise do acontecer histórico, visto como decorrente de leis do desenvolvimento histórico conduzido pelo jogo das contradições em direção ao progresso.

A História aparece nesta concepção como ciência de síntese de todas as demais ciências e coloca, em seu núcleo principal de investigação empírica, as relações sociais de produ-

ção. O método derivado da teoria conduz a análise histórica para a análise da sociedade em termos dos modos de produção, com o objetivo de alcançar uma interpretação globalizante, integrando na explicação os aspectos econômico, social, político, cultural e ideológico, compreendidos em suas relações recíprocas e organizado segundo as relações sociais de produção. A interface da História delineava-se assim para um campo amplo, orientado por perspectiva sociológica e econômica, que rejeita a História historizante de fundo positivista. Temporalidade ampla do modo de produção e sujeitos históricos coletivos marcaram a leitura da história nesta perspectiva voltada também para o estabelecimento da verdade objetiva, sem prejuízo de uma sociologia do conhecimento na tentativa de explicar o caráter ideológico presente na construção da História.

Transformações importantes nas práticas dos historiadores surgiram no século XX e atingiram o conhecimento histórico para reconhecer o sentido relativo e subjetivo da verdade. Em sua dimensão mais profunda, as práticas historiográficas passaram a admitir o papel não meramente transmissor do historiador, para afirmar que a História “[...] é a aventura espiritual na qual a personalidade do historiador se engaja por inteiro” (MARROU, 1975, p. 197). Convencidos da impossibilidade de meramente atualizar o passado, os historiadores, sobretudo da França, passaram a afirmar que a história vivida só se torna conhecimento na medida em que o relato produzido pelo pesquisador estabelece uma relação entre o passado vivido pelos homens e o historiador que o visita. Sem este procedimento, o passado nos seria inacessível enquanto objeto de conhecimento e nada mais se configuraria do que o próprio presente do historiador: algo confuso, multiforme, ininteligível (RICOEUR, 2010).

Visto desta perspectiva, o conhecimento histórico adquire a dimensão de uma relação do historiador com o passado, o qual não mais seria o revelador de um fato histórico latente contido nos documentos, antes assumiria a iniciativa ao colocar, no início de sua pesquisa, a *questão* norteadora da pesquisa. Sem abrir mão da ancoragem documental, que confere ao discurso histórico confiabilidade, o trabalho do historiador passou a admitir, sobretudo com Marc Bloch e os que o acompanharam na renovação do conhecimento histórico na França, a importância da *explicação histórica* na operação historiográfica.

Em que consiste essa explicação? Na constituição de cadeias de fenômenos semelhantes e no estabelecimento de relações entre eles. Dá primazia à análise em lugar da síntese e nela reúne aspectos da experiência humana que permitem pensar a história global, ou seja, política, economia, relações sociais, cultura, instituições etc.

No bojo dessa renovação houve um redimensionamento do conceito de evento, o qual deixou de ser considerado apenas como ação de indivíduos na curta duração para constituir-se em *fato social* que comporta, como mostrou Fernand Braudel em suas obras, a percepção

de múltiplas temporalidades na compreensão das diversas modalidades da experiência humana. Algumas ocorrem em ritmo rápido, no tempo breve do evento; outras persistem mais e dizem respeito a relações mais duradouras entre os homens, e destes com a natureza, como a conjuntura e a estrutura, concebidas como territórios da temporalidade média e de longa duração, nas quais as mudanças são menos frequentes. Elas se caracterizam pelas permanências daquilo que persiste ao longo do tempo. A História abriu-se, então, para um tempo social no qual novas categorias, tomadas de empréstimo à linguística, antropologia, economia, demografia, sociologia e geografia, passaram a ser utilizadas permitindo a compreensão, na dimensão temporal, dos conceitos de estrutura, tendência, ciclo, crescimento, crise etc.

Ao rejeitar a concepção do indivíduo como “último átomo da investigação histórica” e do evento como “último átomo da mudança social”, a historiografia francesa deslocou-se da preferência pela história política para a abertura à história econômica, social e cultural, e passou a ocupar-se de grupos e classes sociais, enfim, de sujeitos coletivos. Assim procedendo, incorporava também alguns dos procedimentos teórico-metodológicos datados do século XIX.

Incorporando novos objetos, novos problemas e novos documentos, a História passou a ocupar-se também do cotidiano, das mentalidades, das crenças e dos comportamentos, da cultura popular etc.

Outra vertente significativa da Historiografia contemporânea é a que tomou como referências a crítica ao materialismo histórico e os aportes dos estudos de cultura. Desde os anos 1950, desenvolveram-se na Inglaterra questionamentos da história operária que iriam motivar E. P. Thompson (1997) e E. J. Hobsbawm (1987) a propor novas análises centradas na história do homem comum e libertadas da leitura sequencial, factual, causal e teleológica, centrada no conceito de progresso da humanidade.

## HISTÓRIA E CULTURA

A proliferação dos estudos culturais sob várias denominações expandiu-se na Historiografia nas últimas décadas e alcançou as diretrizes curriculares para o ensino nas escolas de nível fundamental. A atração por esse campo multidisciplinar tem ocorrido por remanejamento de velhos interesses, atualização da História social e incorporação de estudos de identidade. Metodologicamente, historiadores culturais têm reforçado alianças com os campos da crítica literária e retórica pós-moderna. No entanto, o procedimento de manutenção de um compromisso com a realidade extratextual distingue o historiador do crítico literário.

A diretriz principal da História cultural consiste em uma nova postura política e intelectual decorrente de um novo interesse pelas representações e interpretações, bem como da

recusa dos modelos analíticos globalizantes. Seus conceitos e métodos foram construídos no diálogo entre a História e a Antropologia, como se pode verificar em Roger Chartier (1990), que se ocupa das representações do mundo social como componentes da realidade social e busca explicar a “lógica específica” dos “bens culturais”, em cujo centro se encontra a apropriação dos objetos culturais. Nesta perspectiva, cabe ao historiador identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, e gera uma dada leitura do mundo. Implica na construção de esquemas intelectuais que conferem sentido ao presente e são determinados pelos interesses de grupos que os elaboram.

Trata-se de percepções do social que, não sendo neutras, produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) as quais tendem a impor uma autoridade, a legitimar projetos, a exercer um papel justificador de indivíduos, escolhas, atitudes. O campo das representações nunca pode ser desvinculado das concorrências e competições, ou seja, do poder e da dominação. Existem batalhas de representações travadas por grupos no afã de impor concepções de mundo, valores, domínio e que comportam alto grau de violência simbólica.

Chartier (1990) utiliza o conceito de representação coletiva para conciliar as *imagens mentais claras* com os esquemas interiorizados, ou seja, as categorias incorporadas, que as estruturam. Trata-se de um direcionamento para o estudo do social e não do psicológico, voltado para representações do mundo social, as quais, à revelia dos atores sociais, traduzem suas posições e interesses, e ao mesmo tempo descrevem a sociedade.

O procedimento comporta a identificação de símbolos: os signos, atos, objetos, figuras intelectuais ou representações coletivas que permitem aos grupos elaborar uma organização conceptual do mundo social ou natural. O conceito de representação significa o relacionamento entre um objeto e sua imagem construída, com amplas possibilidades de variabilidade e pluralidade tanto em imagens, como em textos. Elas constituem elementos decisivos para a construção de identidades grupais, na medida em que distinguem o grupo e o mantêm como tal.

A História cultural ocupa-se também das práticas sociais entendidas como comportamentos transmitidos historicamente e que configuram modos de viver. Procura a interdependência entre os modos de agir e pensar, bem como suas relações com as estruturas de poder. Propõe que se pense as individualidades nas suas variações históricas, inscrevendo-as em um processo de longo prazo, em suma na longa duração em lugar do tempo curto do evento. Uma história desacelerada e refratária a datações estreitas abre perspectivas para a percepção de permanências e continuidades.

A História ensinada hoje, no Ensino Fundamental, apresenta vínculos importantes com as diversas vertentes interpretativas que configuram o campo historiográfico e que ora inovam ora conservam as práticas do historiador.

A difusão de teorias de ensino-aprendizagem que consideram o aluno participante ativo do processo de construção de conhecimento, bem como a defesa de uma História crítica, resultaram na percepção da importância da História ensinada para que o aluno se perceba como sujeito ativo não apenas do conhecimento, mas da própria história vivida.

A presença da História no saber escolar, a partir de tais perspectivas, coloca a necessidade de serem repensados conteúdos e métodos adequados aos alunos das séries iniciais da escolarização.

## REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

MALATIAN, Teresa. "Gabriel Monod: Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI". In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: PUCRS, 2010. p. 323-352.

MARROU, Henri I. **Do conhecimento histórico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. v. 1.

## BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. **O tempo da História**. Lisboa: Relógio d'água, 1992.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 2. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. Bauru: EDUSC, 2003.

MOISÉS, Leyla Perrone (Org.). **Do positivismo à desconstrução**. São Paulo: EDUSP, 2004.

RIBÉRIOUX, Madeleine. Preface. In: LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. **Introduction aux études historiques**. Paris: Kimé, 1992. p. 7-16.

